



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 181 - 2ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1999 - R\$ 1,00

A reforma da Previdência é um ataque contra todos os assalariados e os aposentados.

Os trabalhadores se levantam em greves em todo o país. Greves nacionais e com reivindicações comuns indicam o caminho da unificação:



GREVE GERAL PELA

DERRUBADA DO PLANO

Conferência Estadual da Educação em São Paulo

Fora com a perseguição política na Apeoesp! Retirada imediata do processo!

Quinzena de Luta do Movimento Operário

Bancários param no Rio de Janeiro e aprovam greve nacional para novembro

No último dia 22/10, os bancários, em campanha salarial nacional, paralisaram dezenas de agências no Rio de Janeiro. Foi um primeiro passo para a greve geral que pretendem realizar a partir de 4 de novembro, decidida em assembléia no dia da paralisação. A reivindicação dos trabalhadores é reajuste de 10,48%, mais 15,5% de produtividade e 25% na participação dos lucros. Os banqueiros ofereceram reajuste de 4%, participação de 15% e a retirada do anuênio.

O índice reivindicado defendido pelas direções sindicais é pequeno, e eles já anunciaram que a greve nacional será suspensa caso a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) apresente nova contraproposta.

Os bancários têm de reforçar sua luta e arrancar dos banqueiros a reposição



Os bancários paralisaram dezenas de agências no Rio e prometem greve nacional.

salarial e não admitir a retirada de nenhum direito. É hora de retomar as grandes greves nacionais para impedir o estrangulamento e superexploração da classe: desde 1989, o número de bancári-

os foi reduzido à metade, o equivalente ao de trinta anos atrás.

A unificação nacional e com outras categorias dará forças para dobrar os banqueiros e o governo.

Petroleiros pararão por 2 dias

Os petroleiros estão prontos para iniciar uma greve nacional de 48 horas para pressionar o governo a atender as reivindicações de 5,79% mais 37,25% referentes às perdas de 1994 até o ano passado. A proposta da Petrobras é de 3,9% mais abono de um salário básico, como participação nos lucros.

É o maior índice salarial pedido nas últimas campanhas. Levará a um confronto com o governo e à luta. É preciso organizar a paralisação por tempo indeterminado, em unidade com as outras categorias que estão se preparando para a greve. A derrota do arrocho salarial é parte fundamental para derrotar o plano antinacional e antipopular de FHC. Os petroleiros foram os primeiros a se confrontar com o plano de fome do governo há 4 anos atrás. Sua greve ameaçou o congelamento salarial e poderia dar início a um combate nacional, mas as direções da CUT (Vicentinho) / PT (Lula) atacaram e negociaram o fim da greve.

Que agora os petroleiros possam dar o troco e impor suas reivindicações, que são de todo o movimento operário!

Metalúrgicos do Estado de São Paulo ameaçam parar dia 9/11

Os sindicatos metalúrgicos de São Paulo, que organizam 700 mil operários, aguardam o prazo dado até dia 8 às empresas para iniciar no dia seguinte a paralisação. A reivindicação é de 15% (10% de reposição e 5% de aumento real), redução da jornada para 36 horas e manutenção do emprego. É evidente que a proposta apresentada é pequena e voltada para a negociação sem luta com os patrões, que já há tempos anunciam reajustes de cerca de 10%. A redução da jornada é insuficiente para conter o desemprego e não se reivindica a estabilidade, mas apenas a "manutenção", que é uma enganação aos trabalhadores. Mas os operários estão tão insatisfeitos que é bem possível que aconteça a greve ainda que a direção esteja empenhada em que não se realize. A rejeição em plenária da proposta da Volkswagen em São Bernardo do Campo (10,5% de reajuste), contra a vontade do sindicato, mostra que a disposição de luta é grande. O caminho para se dobrar os patrões é defender a fundo as reivindicações dos trabalhadores e organizar a greve por tempo indeterminado.

Metalúrgicos da Volks querem mais 1200 reais

A proposta da Volks (10,5% de reajuste e participação nos lucros de 2100 reais) foi rejeitada pelos trabalhadores. O fato é que a proposta da Volks totaliza apenas 5100 reais num ano (cerca de 425 reais por mês). Os operários estão mostrando descontentamento com o ritmo estafante da jornada de 4 dias, que equivalem a 5 pela produção alcançada.

O descompasso entre a posição da direção de defender o acordo e a dos operários mostra que a disposição de luta tem de vencer a resistência da burocracia empenhada em "resolver" as coisas pela negociação, ou seja, preservar a superexploração sobre os operários. Que os metalúrgicos consigam organizar sua greve e encabeçam a onda grevista dos próximos dias, rumo à greve geral por tempo indeterminado pela derrubada do plano antinacional e antipopular de FHC.

A paralisação de 10 de novembro

As manifestações de descontentamento e disposição de luta estão evidentes por todo o país, especialmente na classe operária, e justamente em seu setor mais importante (metalúrgicos), acompanhado dos petroleiros. É o que têm demonstrado as assembleias, manifestações e paralisações no setor. Ao mesmo tempo, os bancários preparam greve nacional. Os sem-teto e sem-terra avançam nas ocupações.

O governo conseguiu acomodar os interesses dos bandos burgueses ao redor de uma proposta de reforma da previdência, que ataca a aposentadoria e taxa aposentados e assalariados. É um problema que afeta todos os oprimidos.

Configura-se no país uma situação de luta generalizada e com reivindicações comuns.

A direção nacional da CUT programou um dia nacional de paralisação e protesto para 10 de novembro. A idéia inicial era a de fazer paralisações onde fosse possível, e atos públicos, a partir de uma pauta de reivindicações voltada às negociações com o governo: 10% de reajuste salarial (os metalúrgicos já conseguiram mais que isso), jornada de 36 horas semanais (não se refere à relação com o salário e não é suficiente para eliminar o desemprego) e mudanças na reforma da previdência (remendar o projeto do governo, e não acabar com ele). Pelas reivindicações se vê a falta de disposição da direção em comprar uma briga de verdade com o governo. Está é disposta a "negociá-las", por isso já as apresenta rebaixadas.

Tudo indica que o dia nacional de paralisação foi programado como uma espécie de válvula de escape para as pressões de luta vindas das bases. O limite da luta a um único dia de greve é insuficiente para vencer os capitalistas e o governo e permite o "mapeamento" das lideranças.

Mas muitos setores estão mostrando disposição de ir além do planejado pela direção. Propostas baixas têm sido rejeitadas em assembleias, às ve-

zes a contragosto das direções (Volkswagen). Índices de reajustes bem superiores aos míseros 10% são aprovados (petroleiros). As greves são marcadas a partir de uma determinada data, e não com hora marcada para acabar. Movimentos populares e estudantes estão se programando para realizar bloqueios de avenidas e estradas. Vai crescendo a pressão para que o combate ao governo seja para valer, e não mera bravata para conchavar.

Falta dar a esses movimentos uma unidade efetiva e organizada. O primeiro passo para isso é a convocação de assembleias em todos os sindicatos e movimentos. A aplicação da democracia operária permitirá a elaboração das reivindicações que correspondem às reais necessidades dos oprimidos (e não às necessidades de conchavos das direções), criar os organismos necessários à organização da luta (comandos de greve, comitês e comissões de mobilização, intercategorias etc.) e impulsionar a mobilização.

Outro ponto fundamental é a elaboração e aprovação de uma pauta de reivindicações comum a todos os setores em luta. Essa plataforma teria como fundamentos **a reposição de todas as perdas salariais, o salário mínimo real (1800 reais), o fim do desemprego, pela escala móvel de horas de trabalho sem redução salarial, a derrubada da reforma da previdência do governo e de todo o seu plano antinacional e antipopular (fim das privatizações e reestatização das já privatizadas sob controle operário, defesa dos serviços sociais públicos, como saúde e educação, nenhum imposto aos assalariados - que só os capitalistas paguem - etc.), terra aos camponeses pobres e moradia aos sem-teto, não pagamento da dívida externa etc.**

O combate ao plano de fome do governo só será possível com a luta nacional e unitária de massa. As tentativas de desvio para os caminhos das eleições ou das instituições manejadas pelos capitalistas, ou das alianças com os setores burgueses descontentes, só le-

varão a derrotas. Os oprimidos têm é de confiar em suas próprias forças, de modo independente. Rejeitar o distraconismo parlamentar ou eleitoreiro e se colocar pela ação direta.

Isso significa rejeitar a política de conciliação de classes e eleitoreira das direções do movimento (PT e aliados), e também aquelas que as embelezam (PSTU). As condições para um amplo enfrentamento nas ruas contra o governo e seu plano estão dadas. Desviar as massas da luta para as negociatas ou para o passivismo eleitoral é colaborar para preservação da política antinacional e antipopular.

Se se permite, pela democracia operária, a livre expressão das tendências de luta do movimento, este se chocará com as imposições do imperialismo, fixadas pelos diretores do FMI e aceitas pela burguesia nacional submissa e seu governo, e apontará para a luta antiimperialista. Será necessária a conformação da **frente única antiimperialista**, que para ser consequente **terá por direção o proletariado** e colocará a **luta anticapitalista** (levará à revolução proletária). O grande obstáculo para que isso se efetive é a ausência de um partido operário revolucionário estruturado e enraizado nos movimentos. Enquanto isso não se dá, as direções reformistas ou centristas impedem com sua política a realização plena das mais profundas tendências de luta das massas, e o proletariado não consegue se apresentar de modo independente e ocupar o papel de direção revolucionária da nação oprimida.

Por um 10 de novembro que paralise o país e dê combate ao governo e seu plano antinacional e antipopular!

Por uma plataforma única de reivindicações que unifique os oprimidos na luta!

Por assembleias em todos os sindicatos!

Pela greve geral por tempo indeterminado pela derrubada integral do plano de fome de FHC/FMI!

Previdência:

Onde está a vitória dos trabalhadores?

A decisão do Supremo Tribunal Federal de inconstitucionalidade a cobrança de taxa previdenciária dos inativos e aumento dos ativos foi saudada pela burocracia sindical como vitória. Isso para mostrar que, afinal de contas, o método de pressão às instituições do Estado surte efeito.

Os burocratas enganadores sequer prestaram atenção ao fato do Presidente do Supremo afirmar no dia seguinte que bastaria o governo enviar uma emenda constitucional e o Congresso aprová-la para que tudo se resolvesse. É isto que o governo está providenciando.

Reunião dos governadores com participação do PT

Como pressionar os parlamentares? Esse era o dilema do próprio governo federal. Teria de fazer a velha negociação. Convocou os governadores para um pacto da Previdência.

A maioria deles já cobrava inconstitucionalmente dos inativos, incluindo o governo do PT no Rio Grande do Sul, aliás uma taxa mais alta que do Estado de São Paulo. Motivo do Covas zombar da coerência do PT.

Enfim, ocorreu a reunião dos governadores, com a presença da oposição. Olívio Dutra não compareceu, mas não porque estivesse em desacordo e sim porque queria que a pauta fosse mais ampla, negociando a dívida dos estados. Fez questão de dizer que estava em total acordo com a cobrança dos inativos, coerente com a cobrança já existente no Rio Grande do Sul. Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, se desmanchou em apoio à

medida antipopular de FHC, exigindo contrapartida quanto à dívida do Estado, FEF, Lei Kandir etc. Ronaldo Lessa, de Alagoas, do PSB, se apresentou com o mesmo traje dos demais opositores.

Estão aí PDT, PSB e PT, da Frente Brasil Popular, compactuando com FHC. Os petistas de esquerda, sem dúvida, dirão que os governadores não expressam o PT. Se é assim, não se entende porque disputam os postos-chaves no Estado burguês e porque o partido os mantém em suas fileiras.

Militares livres da taxa

Os generais deram um ultimato a FHC: constituem uma categoria à parte, como órgão de repressão não podem fazer greve, reivindicar etc, então não devem ser taxados. Os maiores parasitas sociais são os fardados. Não produzem nada e têm a função primordial de proteger a burguesia contra a rebelião da classe operária. Por isso, exigem vantagens do Estado. Já se admite uma taxa simbólica sobre os inativos parasitas. Que se danem os demais explorados. Esta é a lógica do capitalismo. Para os parasitas sobreviverem, a maioria explorada é sacrificada.

A UDR conseguiu em parte o que queria

Os latifundiários devedores embarcaram no movimento dos pequenos e médios produtores endividados. A UDR os colocou num mesmo bloco de reivindicação de redução e refinanciamento dos débitos. O PT votou junto à UDR, em nome dos pequenos e médios. O que

na prática significou apoio aos latifundiários.

O governo federal resistiu, como vemos provisoriamente, com o argumento de que não poderia favorecer os grandes, que isso era injusto, que era preciso acabar com privilégios etc. Tudo uma farsa. Montou-se um cenário para a futura negociação em torno da taxa dos inativos. Acaba de ser anunciado um novo acordo com a bancada ruralista em que os latifundiários saem favorecidos.

O PT deve ser responsabilizado por mais essa proteção aos exploradores.

Dia 10 de novembro: parar o país e sair às ruas contra o Plano integral do governo FHC

A CUT está convocando para o dia 10 uma paralisação nacional. Os burocratas não pretendem que seja uma greve geral radicalmente contra o conjunto das reformas, o governo entreguista e o imperialismo. Seu objetivo é de realizar um protesto inócuo, para exigir abertura de canais de negociação com as centrais sindicais, no sentido de amenizar os ataques da burguesia contra as massas.

Assim não será possível quebrar a espinha dorsal das reformas anti-nacionais e antipopulares.

Nossa luta é pela greve geral por tempo indeterminado. Mas para isso é preciso que os sindicatos convoquem assembléias, aprovem um plano único de reivindicações e constituam os comitês por todo país. A derrubada da reforma da Previdência deve encabeçar o plano de luta operário e popular.

Eleições 2000

Chamado patético do PSTU

O PSTU lançou uma nova "Carta Aberta ao PT" (sempre faz isso perto de eleições). Trata-se de uma série de "queremos". É discutir a bandeira de "Fora FHC e FMI", a "justeza da palavra de ordem de eleições gerais", "uma plataforma mínima de emergência", "quais são as alianças necessárias para botar fora FHC e (...) derrotar alternativas burguesas como Ciro Gomes, ACM e Covas", "a disputa das eleições para prefeituras" (...). Enfim, o PSTU quer "propor ao PT a construção de uma Frente dos Trabalhadores para as lutas e para as eleições". Nesse último "queremos" é bom que não consideremos "para as lutas", pois, na realidade, é a velha frente eleitoral dos centristas dirigida aos reformistas.

É impressionante a hipocrisia do PSTU. Vejam o que diz em seguida: "É um erro atrelar o movimento dos trabalhadores às eleições de 2000 e de 2002." (...) "A primeira questão que nos preocupa e a primeira proposta que fazemos é que coloquemos a disputa das prefeituras e as candidaturas ao serviço da mobilização, da ação direta e da luta pelo Fora FHC e FMI."

Ora, a Carta Aberta tem por objetivo central as eleições. O que o PSTU pretende é alcançar um acordo para as eleições municipais. Quem duvida que a Carta foi lançada por esse motivo? A não ser que se queira passar de cego (assim fazem os oportunistas) ou se se é muito inocente para entender diferentemente.

A Carta termina assim: "Fazemos um chamado ao PT a que não apóie candidatos da burguesia em nenhuma cidade, a que lance candidatos próprios e que conformemos uma frente dos partidos operários, uma frente dos trabalhadores." A intenção eleitoral do PSTU é inequívoca.

O centrismo é uma variante do reformismo, mas mais à esquerda e aparentemente mais radical. Assim que ganhar força social, caso chegue a essa possibilidade, mostra-se reformista por inteiro.

A formulação de que em primeiro lugar vem a ação direta e o programa mínimo, para se estabelecer um acordo, serve para acobertar sua política de adaptação democrático pequeno-burguesa. É esta

conduta que caracteriza o PSTU de centrista.

O PSTU não tem nada a ver com o trotskismo

Há muito temos dito que o PSTU, que derivou da fusão da "Convergência Socialista" com ex-estalinistas e sindicalistas, concluiu seu processo de revisão do trotskismo. A razão desta afirmação se encontra na caracterização do PT e dos PCs como "partidos operários".

Frisemos que Trotsky, depois da morte de Lenin, assumiu a responsabilidade da herança do marxismo-bolchevismo nas condições de ascensão do revisionismo nacionalista de Stalin/Bukharin. Inicialmente, caracterizou o estalinismo como uma corrente centrista e revisionista dos princípios bolcheviques (entre eles, o internacionalismo), que conduziria à restauração capitalista. Posteriormente, o desenvolvimento prático do estalinismo em escala mundial levou Trotsky a considerar o estalinismo como contra-revolucionário (organizador de derrotas e aliado do imperialismo).

Os partidos comunistas estalinizados mostraram-se no mundo inteiro traidores dos princípios marxistas-leninistas. No Brasil, a história do estalinismo confirma esse fenômeno. Nesta última década, com o avanço da restauração capitalista, os PCs se mostraram totalmente atados à política do imperialismo. Algumas variantes, que passaram pelo "socialismo chinês", "albanês", "cubano" etc, mantiveram traços do nacionalismo pequeno-burguês, que é uma versão do nacionalismo burguês e que, por isso mesmo, continuam seguindo setores da burguesia, procuraram se adaptar aos novos acontecimentos e se afastaram formalmente dos crimes de Stálin. É o caso do PCdoB. Um partido estalinista sem seu patrono.

O PCB já há tempo, desde fins de 50, se declarou não estalinista, para assumir posições mais à direita ainda do PCdoB.

Pois bem, na Carta ao PT, o PSTU afir-

ma que os PCs são "partidos operários", num claro sentido de colocá-los no campo revolucionário. Ao elogiar o Fórum Nacional de Luta, refere-se à necessidade de "integrar as entidades do movimento operário e popular (...) e os partidos operários (PT/PCdoB/PSTU/PCB)" (...).

Essa é a Frente dos Trabalhadores do PSTU.

Caracteriza indiscriminadamente reformistas e estalinistas como partidos operários. O marxismo já mostrou a possibilidade de partidos operários burgueses, que é o caso do reformismo, a exemplo do que foi o partido trabalhista inglês nos seus primórdios (operário por sua composição social e burguês por seu programa). Hoje, por exemplo, não tem nada de operário burguês. É um aparato do Estado capitalista contra a classe operária.

Por outro lado, o estalinismo não se configurou no Brasil como um partido operário. Mais corretamente se constituiu como um partido pequeno-burguês estalinista. Se há alguma dúvida nisso, hoje não pode haver. O PCdoB e PC têm essa fisionomia. Um outro aspecto do reformismo e do estalinismo é seu caráter contra-revolucionário. O que quer dizer que expressam no movimento social uma política de conciliação com setores da burguesia e se levantam com um obstáculo à revolução proletária. Simplesmente afirmar que são operários é uma barbaridade do centrismo, que, para progredir sua política oportunista, necessita inventar tais caracterizações. Lembremos que o PCdoB foi um acirrado defensor da candidatura burguesa de Itamar Franco, pelo PMDB, nas eleições presidenciais passadas. Faz parte de alianças reacionárias, a exemplo de compor chapa eleitoral com o PFL em determinados municípios do país. Um exemplo bem conhecido do PSTU é a participação do PCdoB na prefeitura de Ceará Mirim com o PFL, cujo prefeito é um clássico representante da oligarquia latifundiária. Esse é o partido operário do PSTU. Como se vê, os centristas já não guardam nenhuma caracterização marxista do estalinismo.

Brasil país semicolonial

O lugar que ocupa o capital internacional (imperialista) na economia brasileira demonstra bem o caráter de economia capitalista semicolonial. Esta característica histórica indica: 1) com referência aos países imperialistas, o Brasil é capitalista atrasado; 2) na interdependência típica da economia mundial, comparece como país submisso às potências; 3) o seu desenvolvimento industrial mais avançado em relação aos demais países semicoloniais não o torna imune ao saque imperialista; 4) a concentração monopolista na indústria é dada pela penetração do capital imperialista.

Vejamos apenas alguns aspectos acima mencionados: o domínio imperialista sobre a agroindústria e a remessa de lucros. Em outra oportunidade, analisaremos outros dados.

Concentração na agroindústria

"Ancoradas em estratégias globais de redução de custos e ganhos de escala, as multinacionais modificaram o perfil do mercado brasileiro de commodities na última década" (Gazeta Mercantil-13/10). Eis a comprovação: *"apenas 17 empresas, com faturamento individual na casa dos US\$300 milhões por ano, controlam 43% das exportações agropecuárias totais do País"*.

Observem o concentrado poder das multinacionais sobre as exportações. *"Elas representam apenas 0,3% do número total de exportadores. No outro extremo, 4 mil empresas, ou 70% do universo exportador, detêm somente 1% das vendas externas"*.

Na década de 90, houve um tremendo impulso das multinacionais no sentido de ampliar seu domínio sobre a agroindústria, principalmente nos setores de tabaco, soja, frango e suco de laranja. O Plano Real foi um grande alavancador do capital imperialista.

Tomemos um exemplo. *"No caso da soja, a participação do capital externo nas exportações saltou de 30%, em 1994, para 48% no ano passado. De 1995 para cá, houve a aquisição de 12 empresas nacionais por 4 grandes indústrias multinacionais - Bunge, Louis Dreyfus, ADM e Cargill - donas de 44% da capacidade de esmagamento do grão*

no país".

No caso do tabaco, a concentração é ainda maior. *"Nas vendas externas de fumo, a participação saiu de 82% para 90% em 5 anos"*.

Remessa de lucros

"Se de um lado os investimentos estrangeiros aumentam a competitividade, o avesso dessa moeda é a remessa de lucros para as matrizes no exterior - o que não é exclusivo da agroindústria. Segundo o Banco Central, as subsidiárias brasileiras, de forma geral, enviaram mais dividendos do que investiram. O déficit nessa conta saltou de US\$1,6 bilhão em 1990 para US\$ 7,6 bilhões em 1998. Até agosto deste ano o rombo estava em US\$ 3,7 bilhões" (Gazeta Mercantil - 13/10)

Em um outro artigo da Folha de SP temos: *"A desnacionalização da indústria e do setor de serviços no Brasil vem produzindo um salto na remessa de lucros e dividendos das empresas estrangeiras. Nos anos do Real, o envio de dinheiro das multinacionais para fora triplicou. Passou de US\$2,5 bilhões em 1994 para US\$ 7,2 bilhões no ano passado"*. (Notem a diferença de dados de US\$ 7,2 bilhões da Folha para US\$7,6 bilhões da Gazeta, o que mostra a flagrante falta de seriedade da imprensa burguesa, o que não impede de vermos o seu significado).

O crescimento constante da remessa de lucro e dividendos, a ponto de quase triplicar no período de 94 a 98, segundo os dados da Folha, e de sextuplicar no prazo de oito anos, segundo a Gazeta, mostram o saque imperialista e a condição semicolonial do Brasil.

Penetração geral do capital financeiro

Nos últimos anos, o Plano de estabilização do governo brasileiro incentivou o avanço do capital financeiro sobre a economia nacional. O que quer dizer que a burguesia interna cedeu, em maior medida, às pressões do gigantesco excedente de capital imperialista, que sob o impacto da crise procura mercados para sustentar a valorização parasitária. Os países devedores e submissos servem de paraíso para a especulação, sangria e

ampliação dos domínios das potências.

Eis os dados: 1) *"o saldo (entradas menos saídas) dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil de janeiro de 1996 a agosto deste ano somou US\$ 73,11 bilhões e cresceu 171,9% em relação ao total acumulado até dezembro de 1995, que era de US\$42,53 bilhões"*; 2) *"de 1995 a agosto de 1999, os números da consultoria Price mostram que o capital estrangeiro comprou 772 empresas brasileiras, sem contar incorporações, acordos e associações"*; 3) *"...o estoque de investimentos estrangeiros acumulado na história do país até 1995 equivalia, para efeito de comparação, a 6,11% do PIB (Produto Interno Bruto) naquele ano, que foi de US\$705,5 bilhões. Com as entradas registradas até 1998, o total alcança US\$ 95,72 bilhões, o que corresponde a 12,34% do PIB do ano passado (US\$775,5 bilhões)"*; 4) *"o setor de alimentos, bebidas e fumo vem liderando o ranking de investimentos estrangeiros em número de aquisições nos últimos anos, com 49 operações em 1997 e 1998, segundo dados da consultoria KPMG. Em segundo lugar, vem a área financeira, com 41 operações, seguida dos setores químico e petroquímico, com 36, e das telecomunicações, com 33 operações"*; 5) *"Segundo o BNDES, as vendas de estatais para investidores externos somaram US\$ 30,26 bilhões desde 1991. O número representa 26,11% da entrada total de recursos externos no país ao longo de toda a história"* (Folha de SP, 3/10). Um último dado, divulgado pelo Censo de Capitais Estrangeiros do Banco Central: *"Além de medir o estoque de capitais estrangeiros no país (US\$ 42,5 bilhões), o Censo constatou que naquele ano (1995) havia no Brasil 6322 empresas de capital estrangeiro, com patrimônio líquido total de R\$106 bilhões e faturamento anual de R\$223,1 bilhões"*.

Soberania e independência nacional

Um país capitalista semicolonial não tem soberania plena para tomar decisões estratégicas e historicamente não pôde completar a independência nacional. É o caso do Brasil, que passou de colônia de Portugal a semicolônia da Inglaterra.

Posteriormente, a potência inglesa cedeu sua hegemonia para os Estados Unidos, que depois da 1 Guerra Mundi-

al se destacou como potência internacional dominante. Completada a divisão do mundo por um punhado de países capitalistas adiantados (chamado hoje de G7), tornou-se impossível aos países atrasados sair da condição de semicolônias.

Os dados acima expostos mostram um Brasil servidor dos interesses do capital imperialista. À maior submissão, denominou-se globalização. Trata-se de uma máscara ideológica do velho entreguismo e servilismo da burguesia nacional, agora mais evidente e desbragado. O fato é que o governo e a burguesia semicolonial se mostram caducos para defender a soberania nacional e lutar pela

independência do país.

Uma tarefa do programa proletário

A tarefa de emancipar o país semicolonial do imperialismo cabe à classe operária, aliada aos demais explorados, que de conjunto formam a maioria nacional. A soberania e independência são condições para desenvolver a economia e solucionar a miséria generalizada entre as massas.

Para conquistá-las, é preciso destruir o poder da burguesia sobre o Estado e a economia. Enquanto esta estiver no comando da produção e distribuição das

riquezas, os saqueadores estarão de mãos livres e as massas terão de arcar com os drásticos resultados.

O rompimento do saque imperialista e da capacidade do capital internacional ditar a política interna será produto da revolução proletária. O programa proletário combina as tarefas históricas anti-imperialistas com as anticapitalistas (socialistas).

O objetivo central dos explorados é a de se colocar à altura da tarefa de tomar o poder e expropriar o grande capital. Impor a ditadura do proletariado (da maioria explorada) contra a ditadura dos capitalistas (da minoria exploradora).

Retrato da “democracia racial”

A pesquisa do Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico (Dieese) demonstra: que os negros “recebem salários menores do que os brancos, são maioria nos postos de trabalho precários, convivem mais com o desemprego, têm menor estabilidade em suas vagas e estão mais distantes dos cargos de chefia.” (Folha, 20/10)

Alguns números: em Salvador, o desemprego entre os negros é 45% superior ao dos brancos; São Paulo, 41%; Porto Alegre, 35%; Belo Horizonte, 29%; Recife, 20%; Distrito Federal, 17%.

Os trabalhadores negros recebem salários menores. “O rendimento médio mensal dos negros, incluindo homens e mulheres, em São Paulo, por exemplo, era de R\$ 512. O dos não negros era de R\$ 1.005.” As mulheres negras são mais discriminadas ainda. Em São Paulo, o salário médio das mulheres brancas é de R\$ 750 e da negras, R\$ 399.

Quanto à ocupação da mão-de-obra menos qualificada. “Em São Paulo, a proporção de negros em trabalhos não qualificados é de 28,6%, contra 15,4% dos não-negros.”

O “Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho” do Dieese apenas confirma em estatística o que conhecemos no dia-a-dia da realidade social do Brasil.

A raça negra tem uma participação

significativa na formação histórica do país, inicialmente na condição de escravos africanos e, posteriormente, como parte constitutiva do proletariado. Compõe uma massa de explorados. Por isso, ressalta a odiosa discriminação capitalista. O peso da opressão recai mais pesadamente sobre esta camada da classe operária e popular.

A discriminação, disfarçada pela ideologia burguesa como sendo estritamente cultural, é de cunho econômico (a “cultura” da discriminação, que é fascista, expressa o econômico). Os capitalistas a usam como meio de aumentar a taxa de exploração. Quer dizer, ganham com a discriminação. Homens e mulheres negros recebem salários menores, têm taxa de escolarização mais baixa e arcam com o trabalho mais desqualificado. Quanto ao desemprego, são os primeiros a serem atingidos. É o que comprovam os dados do Dieese.

A crítica burguesa ou pequeno burguesa “humanitária” à discriminação esconde a relação entre capital e trabalho, entre a burguesia e o proletariado. Os reformistas são afeitos a tal humanitarismo. Tratam a opressão sobre os negros como um problema racial de “exclusão”. Fazem demagogia com os direitos e igualdades raciais, sob a perspectiva de um capitalismo socialmente justo, que

integra os “excluídos”.

A burguesia e seus governantes batem na tecla que o Brasil é uma democracia racial. Que significa direitos iguais para brancos, negros, índios etc. Evidentemente, trata-se de uma formalidade jurídica, ou seja, sem aplicação prática. Ou melhor, a realidade indica que a burguesia usa de seu poder econômico para diferenciar trabalhadores negros e brancos. Desenvolve-se, inclusive, na classe operária uma oposição de interesses entre trabalhadores brancos e negros. A mesma discriminação atinge também os nordestinos brancos. Mais ainda: atinge as mulheres.

A tarefa é eliminar toda e qualquer forma de discriminação racial, étnica e sexual. Isso implica logo de início rechaçar os conceitos de “minorias” e toda sorte de raciocínio (aparentemente crítico) pequeno burguês que obscureça as raízes de classe da opressão.

As reivindicações elementares e democráticas contra a discriminação econômica e social devem ser ponto de partida da luta pelo fim da exploração do trabalho. Os reformistas e humanitários clericais fazem delas um fim em si mesmo e uma farsa para sua política integracionista no capitalismo decadente.

Trabalhadores brancos e negros são parte da mesma classe revolucionária,

que é o proletariado. O combate à discriminação é uma importante arma da classe operária para lutar contra a burguesia. Não há possibilidade alguma de eliminá-la ou minimizá-la a ponto de perder seu significado de opressão social no interior do capitalismo. Pelo contrário, conforme o capitalismo se desintegra historicamente, mais as formas de opressão assumem caráter de barbárie.

A eliminação da discriminação (fome, miséria, desemprego, degradação física e espiritual) contra os trabalhadores negros virá com a derrota da classe capitalista pelo proletariado. É fundamental que a vanguarda proletária coloque-se pela construção do Partido Operário Revolucionário.

A matança de negros

A matança pela polícia chegou a um ponto que se transformou em um problema social para a própria burguesia. Esse fenômeno expõe a barbárie. O capitalismo é um sistema de concentração de riqueza e de miséria que desenvolve todo tipo de chaga social.

A criminalidade cresce sem cessar. O inchado aparato repressivo, justificado pela necessidade de coibir os atos criminosos, comporta-se como uma criatura infernal. As maiores atrocidades vêm sendo praticadas pela polícia. Torturas, suplícios, assassinatos, extorsões, formação de quadrilhas, chacinas etc são o cotidiano do aparato policial.

Um dado, nesta ordem de belezas do capitalismo, refere-se ao fato de que 62% dos mortos pela polícia são negros. De 202 assassinatos pela polícia, de julho a setembro, 125 eram negros (dados a Ouvidoria). Razões: os negros são os mais pobres, sofrem mais com o desemprego, são discriminados etc. A máquina policial se mostra racista, formada de pistoleiros e fundamentada em base fascista.

A revolução social terá de destruir o Estado burguês e com ele integralmente o aparato militar-policial para erradicar toda essa monstruosidade.

A III Internacional e a questão negra

O IV Congresso da Internacional Comunista foi realizado em 1922. Foi o último que contou com a presença de Lenin e Trotsky. O V Congresso esteve sob a direção de Stálin e seus asseclas. Dai em diante passou a expressar posições antimarxistas. Acabou sendo totalmente destruída pela burocracia estalinista.

Mas o que nos interessa aqui são as "Teses sobre a questão negra" do IV Congresso. Em seus fundamentos marxistas, têm o problema racial como expressão. Toma como unidade a opressão contra os trabalhadores negros no interior de um país, a exemplo dos Estados Unidos, onde houve escravidão negra, e a opressão sofrida pelos países semicoloniais de raça negra (opressão imperialista).

Eis alguns extratos:

"3. A Internacional Comunista contempla com grande satisfação que os operários negros explorados resistem aos ataques dos exploradores, pois o inimigo da raça negra é também dos trabalhadores brancos. Este inimigo é o capitalismo, o imperialismo. A luta internacional da raça negra é uma luta contra o capitalismo e o imperialismo. Com base nesta luta, o movimento negro deve se organizar: na América, como centro de cultura negra e centro de cristalização de protesto dos negros; na África, como reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento do capitalismo; na América Central (Costa Rica, Guatemala, Colômbia, Nicarágua e demais repúblicas "independentes" onde predomina o imperialismo norte-americano), em Porto Rico, Haiti, São Domingos e nas demais ilhas do Caribe, onde os maus tratos infligidos pelos norte-americanos provocam protestos dos negros conscientes e dos operários brancos revolucionários. Na África do Sul e no Congo, a crescente industrialização da população negra deu origem a diversas formas de sublevação. Na África Oriental, a recente penetração do capital mundial impulsiona a população

interna a resistir ativamente ao imperialismo.

4. A Internacional Comunista deve assinalar ao povo negro que não é o único que sofre a opressão do capitalismo e do imperialismo, que os operários e camponeses da Europa, Ásia e América também são suas vítimas, que a luta contra o imperialismo não é a luta de um só povo mas sim de todos povos do mundo, que na China, na Pérsia, Turquia, Egito e Marrocos os povos coloniais combatem com heroísmo contra seus exploradores imperialistas, que esses povos se sublevam contra os mesmos males que consomem os negros (opressão racial, exploração industrial intensificada), que esses povos reclamam os mesmos direitos que os negros: libertação e igualdade industrial e social. (...)

6. a) O 4 Congresso reconhece a necessidade de manter toda forma do movimento negro que tenha por objetivo socavar e debilitar o capitalismo ou o imperialismo, ou deter sua penetração.

abA Internacional Comunista lutará para assegurar aos negros a igualdade de raça, a igualdade política e social.

abA Internacional Comunista utilizará de todos os meios a seu alcance para alcançar os sindicatos admitam os trabalhadores negros em suas fileiras. Nos lugares em que tenha direito nominal de se filiarem aos sindicatos, realizará propaganda especial para atraí-los. Se não consegue, organizará os negros em sindicatos especiais e aplicará a tática da frente única para forçar os sindicatos a admiti-los em seu seio." (...)

O POR ASSUME INTEGRALMENTE O PROGRAMA, TESES E CONCEPÇÃO DOS QUATRO PRIMEIROS CONGRESSOS DA INTERNACIONAL COMUNISTA. EXORTA TODA MILITÂNCIA A ASSIMILAR ESSE PROGRAMA INTERNACIONALISTA, FRUTO DE HERÓICAS LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA MUNDIAL E DE TODOS EXPLORADOS. ESSA ASSIMILAÇÃO SE DARÁ CONSTRUINDO O PARTIDO DA IV INTERNACIONAL.

Conferência Estadual da Educação - Apeoesp

Em algumas Conferências Regionais, em que pudemos defender a Carta de Princípios do POR, nos deparamos com uma velha cantilena da burocracia sindical de que uma educação de qualidade pode ser alcançada nos marcos do capitalismo. Na região Oeste-Lapa, onde temos uma atuação mais consistente, surpreendentemente nos vimos frente a frente com a presidenta do sindicato - Maria Izabel. A Articulação/PT e PCdoB decidiu enviá-la não por acaso, mas sim porque avaliaram a necessidade de combater as teses genuinamente marxistas para a educação. Não estava em jogo, para os reformistas/PT e estalinistas/PCdoB (ambas assinam o caderno de teses), a disputa de aparelho, uma vez que o POR não segue esse preceito da política burocrática sindical. O que moveu o reformismo é a contingência de combater as teses revolucionárias para a educação, ainda que expressa por uma corrente embrionária como o POR. Isso pode parecer exagero ou mesmo exitismo. Mas há outros elementos que mostram que se trata de uma justa avaliação. Participamos, na condição de convidados, nos debates da regional Mauá, Poá e Cotia.

Em todos esses casos, constatamos a fraqueza das várias correntes de oposição quanto à confrontação no plano ideológico com as teses pró-capitalistas da Articulação/PT e do PCdoB. O PSTU, por exemplo, simplesmente não apresentou uma Carta de Princípio. Limitou-se a intervir pontualmente neste ou naquele aspecto do debate. Ocorre que os opositoristas, em geral, não têm uma formulação marxista para a educação, quando muito deformam este ou aquele conceito de Marx e Engels, a exemplo da politécnica. Como o caso do PSTU, que confunde politécnica com o ensino técnico, a ponto de considerá-lo como uma possibilidade de qualificação do aluno nas condições de desemprego tecnológico. Limita-se a defender algumas bandeiras corretas, porém desvinculadas da estratégia da revolução social. É o famoso programa mínimo do PSTU, divorciado da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Não é o caso de estendermos

a crítica para os demais participantes das Conferências.

Retomemos os acontecimentos na região Oeste-Lapa. A presidenta do sindicato procurou convencer o plenário de que a orientação do caderno "Construindo um Plano Nacional Emancipador" representava o êxito da política da Apeoesp. Isso porque foi capaz, juntamente com outras entidades, de elaborar um Plano alternativo para a educação (Plano Nacional das Entidades) e mobilizar os educadores para pressionar o Congresso Nacional. O maior êxito estava no fato de ter conseguido se contrapor, com o Plano alternativo das entidades, ao do governo, que é "autoritário, excludente" e com poucos recursos orçamentários. Quanto aos fracassos, a culpa era da oposição que não se empenhou na pressão parlamentar, a exemplo do Plano de Carreira em São Paulo.

Na realidade, o governo tem imposto, sem atenuantes, a reforma do Banco Mundial. Enquanto os reformistas e estalinistas redigem planos alternativos e emendas aos projetos oficialistas, o executivo e o Parlamento tomam decisões antieducação. A posição de que é possível uma reforma progressista no interior do capitalismo decadente amordaça os sindicatos e trava a luta de classes. No fundo da apologia do Plano alternativo, da escola não excludente, democrática está o colaboracionismo pequeno-burguês.

O monolitismo autoritário do reformismo

No caderno "Construindo um Plano Nacional Emancipador" estão as teses da direção da Apeoesp. Os reformistas, que tanto reclamam do governo por ser antidemocrático, impedem que as várias correntes opositoristas expressem suas idéias no referido caderno. Alegam que se trata de subsídios ao debate e que estes não serão votados na Conferência. Trata-se de uma manobra para acobertar o autoritarismo da burocracia sindical. Através de tais "subsídios", a Articulação/PT e PCdoB expõem sua linha de

adaptação ao capitalismo decadente. As contribuições assinadas convergem para os mesmos aspectos centrais das teses reformistas. Assim, o caderno é monolítico.

A Carta de Princípios do POR não pôde ser publicada nos "subsídios". Esta está em flagrante contradição com o conjunto do pensamento da Articulação e PCdoB.

Chama atenção também ao fato da burocracia pretender que as regionais contratem palestristas, previamente indicados por eles, para a exposição nas Conferências. O objetivo é atuar maciçamente com suas posições e evitar que a política revolucionária tenha presença ativa. Com o academicismo, a burocracia autoritária procura manejar as consciências. Vai buscar os gênios nas Universidades estereis e dizem que ali estão os teóricos competentes da educação. Um dos traços fundamentais da ideologia burguesa é a manipulação e o mercantilismo das idéias. Ao contrário, a militância revolucionária pressupõe a unidade entre a teoria e prática, ou seja, aqueles que lutam (atuam) são os que conhecem a realidade e elaboram as respostas prático-teóricas.

A essência das teses da Articulação/PT

Nos "subsídios", a burocracia procura distinguir sua escola à da escola governamental. Apóia-se na análise de que a escola atual exclui uma parcela da população, é antidemocrática porque não conta com a participação da comunidade e é de baixa qualidade porque os investimentos estatais são minguados. O que acarreta a má formação de professores, baixos salários, evasão escolar etc. Em contraposição defende uma escola "cidadã" (includora), de "qualidade" e "transformadora".

Segundo essa proposição, o que tem de ser feito para alcançar a escola "cidadã"? Permitir a participação popular na sua gestão, dar uma formação crítica, aumentar os recursos estatais para a educação e estabelecer a formação contínua dos educadores. E para se alcançar essas

condições, o que é preciso? Nessa resposta está a chave da política reformista. É necessário que o PT e seus aliados da oposição burguesas cheguem ao poder do Estado pela via das eleições. Assim, seria possível modificar a correlação de forças no interior do Estado, quebrando a atual hegemonia neoliberal e construindo a hegemonia "democrático-popular". O Estado capitalista permanece o mesmo, mas os explorados passariam a ter hegemonia através de seus representantes constituídos nos marcos da democracia burguesa.

Ainda segundo a tese reformista, o objetivo final dessa nova correlação de força seria o de desprivatizar o Estado. Agora entendemos, com mais precisão, a tal da hegemonia da sociedade civil sobre o Estado, que permitiria realizar uma política no interior do capitalismo de "inclusão" dos "excluídos" e elevá-los à condição de "cidadãos". No conceito liberal burguês, "cidadão" é aquele que tem plenos direitos na sociedade de classe. Não é preciso lançar mão de exemplos para se saber de que se trata de simples figura jurídica. Mas vejamos o objetivo final que é o da desprivatização do Estado. Estamos diante de uma tese absurda de que o Estado capitalista pode estar a serviço de grupos econômicos particulares (privatização do Estado) ou da população (Estado desprivatizado). Ocorre que os reformistas, adulteram os conceitos ou os criam sem nenhuma base de realidade. Criam a ilusão de um Estado popular regido por uma economia de exploração do trabalho e divisão de classes (capitalismo). Pretendem compatibilizar o poder econômico burguês (capital industrial, financeiro, comercial) com um Estado voltado aos interesses da maioria explorada.

A tal da desprivatização é uma farsa para convencer os trabalhadores a seguir os reformistas traidores e neles votarem. O conceito de "exclusão" vem substituir o de exploração. No capitalismo não há nem "incluído" e nem "excluído", o que há é a exploração do

trabalho, regido pela lei econômica de extração da mais-valia e acumulação de capital. Os desempregados, as crianças que não podem frequentar as escolas, os analfabetos, os marginais, tidos como aqueles que deverão ser "incluídos", não são senão vítimas da existência das classes, da propriedade burguesa dos meios de produção e da exploração do trabalho. A idéia de "incluí-los" por intermédio do emprego, do acesso à escola, de serviços sociais de qualidade e da participação popular é um sonho dos reformistas para salvar o capitalismo de sua caída pela crise estrutural e pela revolução proletária.

Como se vê, trata-se de uma farsa reacionária. Está aí por que os defensores desta utopia pequeno burguesa são radicalmente contra a análise marxista da realidade econômica e política do capitalismo. Levantam-se raivosos contra o programa e a tática revolucionárias de destruição da propriedade capitalista dos meios de produção e do Estado burguês. Não admitem o caráter de classe da democracia, contrapondo-se à democracia proletária com os lixos da democracia burguesa (orçamento participativo, gestão popular, gestão paritária nos órgãos estatais etc):

Porque foi impossível uma frente com o PSTU

Na região oeste-Lapa, houve três chapas para a tirada de delegados. A Corrente Proletária (POR) e uma parcela de independentes obtiveram 12 delegados; a Articulação, 12; e o PSTU e uma outra parcela de independentes, 8. Somados os votos do POR e PSTU, a oposição tem a maioria.

Por que foi impossível uma frente com o PSTU? O PSTU chegou a se referir a uma possibilidade de acordo quanto aos pontos finais da Carta de Princípios da Corrente Proletária. Mas não pudemos aceitar porque esta corrente não é séria na sua política frentista. Tem uma conduta oportunista e aparelhista. Quando está em vantagem rejeita a corrente

revolucionária, afirmando que não tem base social e procura as correntes à direita, a exemplo da formação da chapa para a direção da Apeoesp. O PSTU não se baseia em acordos programáticos. No caso da Conferência, admitiu uma frente sob os pontos da Carta de Princípios do POR sem estar de fato de acordo com o seu conjunto. Procurou assim, manobrar com o frentismo. Mas o problema vai mais longe. Em cada regional, o PSTU tem uma conduta, o que lhe permite estabelecer acordos oportunistas conforme seus interesses aparelhistas (número de delegados). Quando chega na Conferência Estadual, nenhum dos acordos regionais tem validade. Prevalerão novos acordos. E com quem tiver mais delegados, no caso, certamente, comporá com Força Socialista, O Trabalho e outros agrupamentos que compuseram a chapa 4, nas eleições da Apeoesp.

Como se vê, o PSTU não procura uma frente com aqueles que podem combater a burocracia sob a base de princípios, de concepção e de posição tática revolucionárias. Na Lapa, seríamos aliados, na Conferência Estadual possivelmente estaríamos separados. O POR defende o frentismo antiburocrático e classista. Isso implica estabelecer acordos sob pontos claros e que tenham validade desde as regionais até a Conferência Estadual.

Um outro dado importante: o PSTU aglutina em suas fileiras delegados direitistas, reacionários. Na Conferência da Oeste, um de seus defensores atacou a Carta de Princípio do POR afirmando de que se trata de um documento partidário. Defendeu o falso apoliticismo. O PSTU sabe muito bem que não existe, em política, posições que não sejam direta ou indiretamente partidárias. O POR não esconde suas idéias e nem as adapta ao atraso da consciência dos trabalhadores para eleger delegados. Os seus delegados devem encarnar plenamente o programa antiimperialista e anticapitalista. É para isso que lutamos pela eleição dos delegados.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Direção Estadual do Sinte-RN persegue a Regional de Ceará-Mirim

O POR (Corrente Proletária na Educação) denunciou na assembléia de 21/09/99 a repressão da direção estadual do SINTE contra a regional de Ceará Mirim. Esta denunciou com panfletos a manobra espúria que a burocracia tem feito, na tentativa de sabotar seu trabalho e destruí-la. De fato, desde que a coordenação atual (POR/PSTU) dirige a regional, vem sendo alvo de perseguição, que se traduz, por exemplo, no boicote à Conferência (realizada em julho): além de não se empenhar na realização, a direção estadual segurou 50% do repasse de verba à regional.

Esse boicote fez com que a regional ficasse endividada e com pagamentos de salários atrasados.

O custeio do pagamento de um funcionário para melhor organização da regional foi negado, depois de a direção já se haver comprometido, assim como o faz com outras regionais. Isso levou a que a funcionária esteja hoje com três meses de salários atrasados. A direção se nega a pagar, alegando que não estava em seu orçamento.

Perguntamos: estava no orçamento o gasto de mais de 3 mil reais só com almoço dos diretores de janeiro a julho? É claro que os gastos da burocracia sindical sempre estão "previstos", mas os gastos para impulsionar uma regional que se opõe a sua política, não.

A denúncia dos ataques da direção à regional de Ceará Mirim servi-

ram para abrir o debate entre as regionais que se mostraram confusas a partir da atitude arbitrária da direção, que ainda ataca a coordenação da regional como destruidora do movimento.

A coordenação regional, que não colabora com os desmandos da direção do SINTE, e defende a organização dos trabalhadores para enfrentar a política destruidora dos governos, chama a todos para rechaçar essa posição da estadual, que só trava o movimento e é um ataque a toda a regional, não apenas à sua direção.

Os ataques burocráticos da direção estadual são expressão e parte de sua política de colaboração com as reformas dos governos destruidores dos serviços públicos.

Luta Estudantil defende um programa revolucionário para o DCE/UECE

A Corrente Proletária Estudantil organizou uma chapa para concorrer às eleições da UECE. Apresentamos aqui suas principais propostas:

1 - Contra o fim do PET! Pela ampliação das bolsas de pesquisa!

2 - Pela abertura das contas da UECE! Todo aluno e professor tem direito de saber o volume das verbas e onde elas são aplicadas!

3 - Por uma creche universitária para os filhos de alunos, servidores e professores já!

4 - Abaixo o CEPE (conselho de ensino pesquisa e extensão) e o CONSU (Conselho Universitário)! Em defesa da Assembléia Universitária!

5 - Em defesa do ensino público

gratuito, laico e enraizado na produção social!

6 - Estatização do ensino privado, sob controle da comunidade escolar!

7 - Chega de professor bolsista. Concurso público para professores efetivos já!

8 - Contra a LDB e o PEC 370 impostos pelas potências imperialistas (Banco Mundial etc)

9 - Fim dos vestibulares. Livre acesso a universidade!

10 - Abaixo Manassés e o seu estatuto. Em defesa da Assembléia Universitária!

11 - Fim de todas as taxas na UECE!

12 - Construção imediata da Residência Universitária, da Rádio Universitária e abertura do

Observatório já!

13 - Em defesa do internacionalismo proletário. Contra o bloqueio à Cuba! Contra a restauração capitalista.

14 - Fim do Latifúndio. Terra aos camponeses pobres!

15 - Contra a repressão policial da burguesia assassina: Autodefesa armada dos sem-terra

16 - Abaixo a burocratização e a corrupção das entidades (UNE etc.)!

17 - Pela Frente Única Antimperialista!

18 - Greve geral por tempo indeterminado!

19 - Abaixo FHC, Tasso e Juraci! Por um Governo Operário-camponês!

O método de Marx*

“Havendo definido a ciência como conhecimento dos recursos objetivos da natureza, o homem tratou obstinada e persistentemente de excluir-se a si mesmo da ciência, reservando-se privilégios especiais na forma de um pretensão intercâmbio com forças super-sensoriais (religião) ou com preceitos morais independentes do tempo (idealismo). Marx privou o homem definitivamente e para sempre desses odiosos privilégios, considerando-o como um elo natural no processo evolutivo da natureza material; a sociedade como a organização para a produção e a distribuição; o capitalismo como uma etapa no desenvolvimento da sociedade humana.

A finalidade de Marx não era descobrir as “leis eternas” da economia. Negou a existência de semelhantes leis. A história do desenvolvimento da sociedade humana é a história da sucessão de diversos sistemas econômicos, cada um dos quais atua de acordo com suas próprias leis. A transição de um sistema a outro foi determinada sempre pelo aumento das forças produtivas, por exemplo, da técnica e da organização do trabalho. Até certo ponto, as mudanças sociais são de caráter quantitativo e não alteram as bases da sociedade, como é o caso das formas predominantes da propriedade. Mas, alcança-se um novo ponto quando as forças produtivas maduras já não podem conter-se por mais tempo dentro das velhas formas de propriedade; então se produz uma virada radical na ordem social, acompanhada de comoções. A comuna primitiva foi substituída ou completada pela escravidão; a escravidão foi sucedida pela servidão com sua estru-

tura feudal; o desenvolvimento comercial das cidades levou a Europa, no século XVI, à ordem capitalista, à qual passou imediatamente através de diversas etapas, Marx não estuda em seu **O Capital** a economia em geral, mas a **economia capitalista**, que tem suas leis específicas próprias. Somente de passagem refere-se a outros sistemas econômicos com objetivo de pôr às claras as características do capitalismo.

A economia familiar dos agricultores primitivos, se bastava a si mesma, não tinha necessidade da “economia política”, pois estava dominada, por um lado, pela forças da natureza e, por outro, pelas forças da tradição. A economia natural dos gregos e romanos, completa em si mesma, fundada no trabalho escravo, dependia da vontade do proprietário de escravos, cujo “plano” estava determinado diretamente pelas leis da natureza e da rotina. O mesmo pode ser dito também do Estado medieval com seus servos camponeses. Em todos esses casos, as relações eram claras e transparentes em sua rudez primitiva. Porém, no caso da sociedade contemporânea, é completamente diferente. Foram destruídas essas velhas conexões, completas em si mesmas, e esses modos de trabalho herdados. As novas relações econômicas entrelaçaram as cidades e vilas, as províncias e as nações. A divisão do trabalho abarcou todo o planeta. Havendo destruído a tradição e a rotina, esses laços não se compuseram de acordo com algum plano definido. Mas, ao contrário, à margem da consciência e da previsão humanas. A interdependência dos homens, dos grupos, das classes, das nações,

conseqüência da divisão do trabalho, não está dirigida por ninguém. Os homens trabalham uns para os outros sem conhecer-se entre si, sem conhecer as necessidades dos demais, com a esperança, e inclusive com a certeza de que suas relações se regularam de algum modo por si mesmas. E o fazem assim, ou gostariam de fazê-lo.

É completamente impossível buscar as causas dos fenômenos da sociedade capitalista na consciência subjetiva - nas intenções ou nos planos - de seus membros. Os fenômenos objetivos do capitalismo foram formulados antes que a ciência começasse seriamente a pensar sobre eles. Até hoje, a maioria preponderante dos homens nada sabe a cerca das leis que regem a economia capitalista. Toda força do método de Marx reside em sua aproximação aos fenômenos econômicos, não do ponto de vista subjetivo de certas pessoas, mas do ponto de vista objetivo do desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, do mesmo modo que um homem da ciência que estuda a natureza se aproxima de uma colméia ou de um formigueiro.

Para a ciência econômica, o que tem um significado decisivo é o que fazem os homens e como fazem e não o que eles pensam a respeito de seus atos. Na base da sociedade, não se acham a religião e a moral, mas a natureza e o trabalho. O método de Marx é **materialista**, pois vai da existência à consciência e não na ordem inversa. O método de Marx é **dialético**, pois observa como evoluem a natureza e a sociedade e considera esta como a luta constante de forças em conflito”.

* Texto de Leon Trotsky, extraído de “O Marxismo de nosso Tempo”

Massas 10 anos

Reproduzimos abaixo texto do 'Masas' boliviano em comemoração aos dez anos do "Massas" brasileiro

"Massas"/Brasil Faz Dez Anos

A primeira letra do marxismo-trotskista diz que a revolução proletária que estala em qualquer país, para consolidar-se e culminar na sociedade comunista, tem de necessariamente soldar-se ao movimento revolucionário internacional. Esta é uma conseqüência do caráter mundial da economia capitalista.

O proletariado é a classe revolucionária por excelência em todas as partes do mundo, em que pesem todas as diferenças que possam haver entre os diferentes países, isto porque em todas as partes ele não é dono dos meios de produção, e, para existir, necessita vender a sua força de trabalho e produzir mais-valia (trabalho não pago responsável pelo lucro do capitalista), o que determina que os objetivos estratégicos de sua luta sejam os mesmos acima das fronteiras nacionais. Se bem que as particularidades nacionais deixam sua marca nos trabalhadores dos diferentes países, a luta e seus objetivos são os mesmos, o proletariado é no mundo inteiro uma só classe. Trata-se da expressão social de uma das características fundamentais da economia capitalista que é mundial.

Aqui se encontram as raízes da luta internacional dos assalariados, que é a resposta política à evidência de que para alcançar a nova sociedades tem de protagonizar a revolução internacional. Se isto é verdade, o é também a necessidade de estruturar o Partido Mundial da Revolução Socialista, que na história social se conhece sob o nome de Internacional.

A Quarta Internacional trotskista é o instrumento que nos permitirá materializar com êxito a luta que sepulte o capitalismo putrefato e se projete até o comunismo.

O que dizemos forma parte das idéias programáticas do POR Boliviano, que segundo alguns revisionistas e aventureiros é um partido nacionalista. A verdade é que nunca deixamos de lutar pela



CONSTRUINDO UM PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

"Proletários de todos os países, unidos!"
(Karl Marx)

"A revolução não é possível num só país!"
(Friedrich Engels)

"Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária!"
(Vladimir Lenin)

"O Partido é o Programa!"
(Leon Trotsky)



reconstrução e fortalecimento da IV Internacional. Vemos com clareza que as seções nacionais da Internacional se transformam em tal se conseguem concretizar o Programa de Transição às particularidades nacionais. A revolução proletária é a ação transformadora do assalariado sobre a realidade social para mudá-la, que é a forma de conhecê-la, o que se concretiza no programa partidário.

Não há cronograma algum que assinala a ordem do nascimento da IV Internacional e de suas seções nacionais e vice-versa.

Faz uma década que militantes trotskistas no Brasil romperam com os que estavam organizados sob a influência do "Partido Obrero" Argentino, tendo como referência ideológica o Partido Obrero Revolucionário da Bolívia, protagonista de uma de uma impactante e larga história no campo do marxismo-leninismo-trotskismo.

O que dizemos se confirma porque os trotskistas rebeldes do país vizinho se autodenominaram "Tendência pelo Partido Operário Revolucionário" para a construção do POR/Brasil e batizaram a

seu jornal com o título de "Massas".

De passagem, diremos que o mesmo aconteceu na Argentina, episódio protagonizado por uma cisão de "Política Obrera".

No número 177 (2 quinzena de agosto) de "Massas", aparece um número especial recordando os dez anos de luta no caminho da construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil.

Este fato é marcante na história áspera de levantar a IV Internacional.

Nós militantes revolucionários da Bolívia nos sentimos honrados pelos comentários e críticas às atividades do POR/Bolívia, isto desde o primeiro número do "Massas" (agosto de 1989):

"De todo o processo de crise sofrido no intento de construção da IV Internacional (degenerescência pablista), depois da morte de Trotsky, a maior conquista foi a estruturação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR). Por um lado, a desagregação de conjunto do capitalismo e dos Estados Operários estalinizados conforma materialmente as previsões e as orientação do Programa de Transição, por outro, a prova de fogo a que se submeteu, anos a fio, o POR-boliviano atesta na prática a sua mais completa vigência. Esse partido trotskista alcançou uma grande vitória ao conseguir estruturar um programa cujos principais fundamentos, leis e consignas são a atualização do Programa de Transição. Essa é a principal explicação da Tendência POR escolher o nome Masas para seu jornal, isto é, refere-se ao reconhecimento da importância estratégica do POR para a revolução proletária e reconstrução da IV Internacional. Todo problema agora está em a T.POR se mostrar à altura do Masas, o Jornal do POR boliviano."

(extraído do Masas boliviano n.º 1680 de 3/9/99)

Bolívia

Mineiros Ocupam Capasirca

Em 14 de setembro, mais de 70 mineiros, acompanhados de suas esposas e filhos, partiram do povoado de Chiquiuta até a mina Capasirca, que tinha sido entregue à empresa canadense Vista Gold. Os empresários canadenses abandonaram suas operações, deixando desempregados seus trabalhadores. Vista Gold se sente incapaz para enfrentar o mercado internacional de ouro.

As instalações do acampamento mineiro foram ocupadas pelos trabalhadores, obedecendo às conclusões

aprovadas pelas assembleias sindicais.

Os dirigentes pontualizaram que ocupam a mina para explorá-la de forma direta e sob a direção sindical.

Não devemos nos esquecer que estes mineiros são camponeses, mas percebemos em sua conduta a influência do grande laboratório revolucionário que foram as Minas de Siglo XX / Catavi.

De longe se percebe que a ocupação de Capasirca é a materialização de uma das consignas centrais das Teses de Pu-

lacayo*.

O mineiro é instintivamente comunista e quando atravessa um período de agudização da luta de classe - que é isso que está acontecendo agora - se concretiza em política revolucionária destruidora da grande propriedade privada dos meios de produção.

Logo chegará o momento em que os explorados bolivianos generalizarão a lição de Capasirca.

Extraído do *Masas* boliviano nº 1683, de 24/09/99

* Tese fundamental da classe operária boliviana, aprovada pelos mineiros em 1946 - nela se coloca a estratégia da revolução proletária e as táticas necessárias para alcançá-la, através de consignas transitórias - Nota do Tradutor

O Partido e sua Organização

Prosseguimos a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciada no *Massas* nº 160

Organizações Paralelas: Influência Política Sobre as Massas

Uma das funções importantes das Organizações Paralelas consiste em permitir ampliar a difusão de idéias e nossa propaganda; a atividade dos grupos paralelos podem criar canais que não levantem suspeitas que nos levem ao seio das massas.

A propaganda própria das organizações paralelas se convertem também em um formidável canal para a transferência, até o grosso das massas, das idéias e consignas centrais do partido. Esta ampliação da influência política partidária deve nos permitir aumentar o nível de captação de militantes.

Não devemos nos esquecer neste trabalho de duas coisas:

1) que as organizações paralelas se justificam se ocupam setores consideráveis das massas e permitem burlar a polícia nos casos de repressão. 2) Não se deve confundir estes grupos com as

células do Partido (não se deve dar a mesma estrutura, nem deve se utilizar do ultimatismo para pessoas que se aproximam, de forma a excluir se não aceitam todas as nossas idéias).

As organizações paralelas devem adquirir características próprias do setor em que se forma, elasticidade, tolerância das idéias discrepantes, respeito da maioria etc.

Outras Atividades: Trabalho Juvenil

Um partido sem juventude é um partido sem futuro. O trabalho entre os jovens é indispensável. Não colocamos o problema de gerações (os jovens contra os velhos, de uma forma abstrata), mas a luta dos jovens revolucionários junto ao proletariado, convertidos em auxiliares mais valiosos deste último.

O setor juvenil - a juventude trotskista - tem sua própria organização (seu programa, sua direção, seus órgãos de

publicidade e suas organizações paralelas) subordinada ao Comitê Central e aos Comitês Regionais.

O trabalho juvenil tem suas particularidades e deve responder aos problemas e necessidades dos jovens. A juventude trotskista deve dedicar sua atenção às atividades desportivas, culturais e até sociais. O trabalho juvenil adquire particularidades especiais de acordo com o setor em que atue. As organizações juvenis são particularmente estudantis.

Os estudantes secundários constituem o setor mais combativo e inquieto da classe média. O deslocamento desta classe para a esquerda é nitidamente expressada pelos estudantes.

A penetração nos colégios se fará por meio de uma progressiva formação de células em cada um deles nos diferentes cursos. A centralização do trabalho é um dos problemas que surgem de imediato, já que a impetuosidade juvenil tende a fraturar a unidade do trabalho.

Da Bolívia:

Os sem-terra ainda estão estrangulados pelas ilusões democráticas

A informação que se segue foi tomada do jornal quinzenal *Massas*, de setembro, publicado pelo POR/Brasil:

A marcha a Brasília do Movimento dos Sem-terra culminou numa das maiores concentrações ocorridas na capital. Esta corrente é muito importante na luta de classes do Brasil contra a classe dominante e o capitalismo. No momento, opaca as outras expressões da luta popular contra a ordem social imperante.

Os sem-terra suportam as medidas repressivas e sanguinárias que desencadeiam sobre eles os sucessivos governos burgueses do Brasil.

Os camponeses contam com o apoio popular em seu favor, mas é insuficiente para impedir a repressão dos governos.

As vicissitudes da luta de classe e da evolução da consciência da classe operária, necessariamente, atuam sobre os movimentos das massas e os condicionam. A libertação dos atualmente oprimidos e explorados será possível quando a rebelião dos de baixo derrube a ordem social imperante, isto é, a revolução social. Os maiores obstáculos contra o qual essa luta se choca são as ilusões democráticas, isto porque o enterro do capitalismo putrefato será pos-

sível quando os debaixo empunhem os fuzis e consumem a revolução vitoriosa.

As Frustrações

A marcha a Brasília esteve motivada pelo objetivo de pressionar o parlamento, a fim de que pelos caminhos do legalismo se pudessem resolver os problemas colocados pelos sem-terra. Aqueles que esperam sua salvação graças à intervenção parlamentar querem dizer que confiam plenamente que as eleições são suficientes para mudar o presente e o futuro dos oprimidos e explorados. É nisto que constituem as ilusões democráticas.

Os revolucionários têm como uma de suas táticas dissipar estas ilusões democráticas, que significa se desenvolver até a conquista do poder político. Inclusive quando da vigência das ilusões democráticas, obrigando os militantes revolucionários a intervir nas eleições, o que supõem que possam chegar ao parlamento burguês. Esta intervenção deve fazer parte do trabalho encaminhado para contribuir para que as massas, graças a sua experiência na luta diária, possam saltar o obstáculo das ilusões

democráticas. Este é o conteúdo da concepção leninista de converter o parlamento em tribuna revolucionária, de onde os bolcheviques devem trabalhar para mobilizar, organizar e politizar as massas, com a finalidade de consumir a revolução.

Este trabalho é fundamental no empenho de impulsionar para frente o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado. Seria absurdo esperar que este trabalho não fosse cumprido por um partido marxista-leninista-trotskista.

Parece-nos acertada a campanha realizada pelo POR/Brasil sobre a imponente mobilização dos sem-terra, ocasião em que se distribuiu um manifesto com as seguintes consignas:

“O combate efetivo contra o governo se faz utilizando a ação direta.”

“O parlamento não removerá FHC, nem atenderá as reivindicações colocadas.”

“Separar as reivindicações dos explorados e dos exploradores.”

“Organizar a greve geral para derrotar o plano de fome de FHC.”

“Construir a Aliança Operário e Camponesa.”

O POR e a Revolução de 1952

Respondendo aos detratores do POR, damos continuidade à publicação de extratos referentes à atuação dos trotskistas bolivianos na Revolução de 1952. Apesar de já termos demonstrado outras vezes a fraude histórica criada pelos adversários do POR boliviano, no sentido de responsabilizá-lo pela chegada do MNR ao poder, achamos necessário responder aos ataques requestrados.

O MNR e as teses de Pulacayo (o “antiimperialismo” nacionalista e antiimperialismo revolucionário)*

“O POR sustentou que o MNR chegou ao 9 de abril com trajes emprestados, isto para mostrar que levava

ideias e consignas que não eram suas, mas sim do trotskismo. Isso foi realmente assim. As massas radicalizadas moviam-se em torno das teses de Pulacayo. O MNR, para acomodar-se a esta realidade não teve o menor reparo em apropriar-se de algumas consignas deste documento, contribuindo assim para agravar a confusão dos trabalhadores que marca todo esse período. Demagogicamente, o nacionalismo se disfarçou de “revolucionário”. Paz Estenssoro chegou a declarar-se marxista. Por esse caminho pôde englobar nos limites imprecisos de sua organização as massas. A manobra teve êxito no momento, mas no futuro se transformou no tendão de Aquiles do nacionalismo no poder, por-

que introduziu em suas entranhas os elementos que permitiriam aos explorados rebelarem-se contra as limitações e traições do nacionalismo; rebelião que provou que as consignas foram usurpadas.

A paciente e sistemática denúncia no sentido de que o MNR não tinha outro destino senão entregar-se ao imperialismo e trair suas promessas feitas na oposição e no início da vitória apenas podia levar dúvidas aos trabalhadores, mas em nenhum caso convencê-los. Faltava que a experiência, com toda sua carga dramática, demonstrasse que o prognóstico se ajustava à realidade.

No dia seguinte da vitória popular de abril e imediatamente ao domínio movimentista sobre a COB, colocou-se

ao POR, com toda clareza, a necessidade de arrancar os explorados do controle do nacionalismo de conteúdo burguês se realmente queria dirigir-se à conquista do poder.

O MNR acaba de sair da oposição, desfraldando o histórico antiimperialismo, ou melhor, antiyanquismo. Esta propaganda satisfaz os trabalhadores, que ansiosamente esperavam posturas e consignas radicais. Somente a frustração do nacionalismo no poder, como realizador de sua própria propaganda, podia abrir as possibilidades de que se operas-

se a diferenciação política entre a classe operária e o MNR. Em linhas gerais, foi isso que o POR previu.

Em seu momento (ao fazê-lo oportunamente tem importância para o trabalho político futuro), o trotskismo assinalou que o nacionalismo preencheu de conteúdo conservador as consignas que, de forma parcial, extraiu das teses de Pulacayo e da propaganda porista. O antiimperialismo, por exemplo, tem uma significação muito diferente na boca dos nacionalistas, dos estalinistas e dos trotskistas. Para o MNR e para o

PCB, constitui uma meta estratégica o final do processo revolucionário; para o trotskismo é só uma tarefa da revolução proletária. O "antiimperialismo" movimentista se distingue de todas as proposições similares porque se contenta em pedir melhores preços para nossos minerais. A luta pela libertação nacional, que deve abarcar a expulsão dos grandes consórcios, reduz-se para o MNR a um vulgar problema de preços; é um "antiimperialismo" digno de mercados-res".

* Título dado por nós

Indonésia

Aparato militar para impor a democracia dos 700 contra 200 milhões

O Parlamento indonésio é constituído de 500 membros eleitos e de 200 representantes indicados, entre eles uma porção imposta pelos militares. É com essa democracia (qualquer democracia parlamentar é criatura da burguesia) que foi escolhido o novo Presidente do país.

Venceu Abdurrahman Wahid, do partido islâmico (Partido do Despertar Nacional). A candidata pelo Partido da Indonésia-Luta, Megawati Sukarnoputri, a que parecia ter maior aceitação pela população e cujo partido tem o maior número proporcional de parlamentares saiu derrotada. Como era esperado, acatou a decisão dos 700 chefetes.

Mas não é este jogo interburguês que nos interessa. Todos esses partidos fazem parte da bárbara burguesia indonésia. O importante é a manifestação popular, que tem enfrentado nas ruas um aparato de guerra.

Desde que a crise estourou no Sudeste Asiático, a Indonésia foi o país mais atingido. O que provocou uma quebra econômica e com ela veio uma onda de desemprego em massa. A Indonésia sempre foi marcada pela ampla miséria das massas. Com a crise, a situação tem ido ao extremo. O desemprego e a carestia obrigam os explorados a se manifestarem. As lutas estudantis tomaram a frente nas manifestações antigovernamentais. Mas está evidente que expressam a agudização geral da luta de classe.

Agora, frente às eleições, saem às ruas para contestar a democracia oligárquico-militar. Mais uma vez, o governo lança o aparato repressivo contra as massas. O governo ditatorial do ex-presidente Suharto, que ficou no poder de 1966 a 1998, se impôs sobre a base de chacinas e brutal repressão constante contra os movimentos sociais. Toda estrutura ditatorial do Estado, reflexo do capitalismo atrasado e da burguesia semicolonial indonésia, manteve-se intacta após a caída do ditador. Os explorados se chocam com essa máquina.

O problema está em que as ilusões democráticas ainda os dominam. As manifestações em torno da defesa da candidatura de Megawati Sukarnoputri mostram bem esta situação.

A classe operária ainda não alcançou uma posição de independência para poder dirigir as lutas sociais contra o conjunto da burguesia, do qual faz parte o Partido Democrata da Indonésia-Luta. Por detrás das ilusões nos partidos da burguesia, está a dura realidade das condições de exploração a que a maioria se submete. Esta realidade vai se chocar com as ilusões democráticas.

O proletariado da Indonésia, mais cedo ou mais tarde, terá de enterrá-las e tomar os problemas em suas próprias mãos, lutando abertamente contra a oligárquica burguesia. A construção do Partido Revolucionário é a condição para alcançar a independência ideológica e organizativa.

Fora a ONU do Timor Leste

As Nações Unidas (ONU) assumiram formalmente o controle de Timor Leste. Depois da ocupação militar, agora organizam um sistema político-institucional para envernizar o domínio do imperialismo sobre o país. Trata-se da conformação de mais uma semicolônia capitalista, ou seja, um país que tem independência formal, mas é submisso política e economicamente aos países capitalistas desenvolvidos (imperialistas).

Centenas de milhares de timorenses continuam sem casa e os materiais de construção são escassos, no momento em que se aproxima a temporada de chuvas e provavelmente todas as instituições do território - escolas, tribunais, polícia - terão que começar do zero. Ninguém sabe sequer o tipo de moeda que o futuro país irá adotar.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou o envio de mais de 9.000 soldados para o país, em substituição a uma força de 16 países. Assim, o controle da ex-colônia portuguesa passa ao monopólio imperialista.

Escondidos nas selvas, rebeldes timorenses travaram uma luta de guerrilhas contra um exército indonésio vastamente superior. Aproximadamente 200.000 timorenses, a maioria civis, morreram durante os 24 anos de conflito. A ocupação da ONU preservará a opressão nacional, que só será eliminada de fato pela revolução proletária.